

**PRIMEIRO RELATÓRIO  
NACIONAL DA  
BIODIVERSIDADE**



**Ministério dos Recursos Naturais e  
Meio Ambiente**

# ÍNDICE

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>3</b>
<b>BREVE DESCRIÇÃO DA BIODIVERSIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b> .....	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
1.1. O VALOR DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS .....	9
1.2. PRESSÕES E AMEAÇAS SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA E OS SEUS RECURSOS.....	10
<b>2. PERSPECTIVA HISTÓRICA E O ENVOLVIMENTO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COM A CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)</b> .....	<b>11</b>
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS E QUADRO LEGAL.....	11
2.2. IMPLEMENTAÇÃO DA CDB .....	12
<b>3. METAS E OBJECTIVOS DA ENPAB</b> .....	<b>14</b>
3.1. EIXO ESTRATÉGICO PARA A CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA COSTEIRO E MARINHO. ....	15
3.2. EIXO ESTRATÉGICO PARA A CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA DE ÁGUAS INTERIORES.....	16
3.3. EIXO ESTRATÉGICO PARA A CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA FLORESTAL. ....	17
3.4. EIXO ESTRATÉGICO PARA A CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA AGRÁRIO.....	18
3.5. EIXO ESTRATÉGICO PARA O REFORÇO DO QUADRO INSTITUCIONAL E LEGAL. ....	20
<b>4. ESTRATÉGIAS</b> .....	<b>22</b>
4.1. IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO .....	22
4.2. DETALHES DA ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO DO GABINETE NACIONAL DE COORDENAÇÃO INSERIDO NO INTERIOR DO GABINETE DO AMBIENTE (GNC – GA) .....	23
4.3. DETALHES DA ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO DE PROJECTOS .....	24
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>28</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>29</b>
<b>ANEXO I: ISOIETAS DA ILHA DE S. TOMÉ</b> .....	<b>29</b>
<b>ANEXO II: ISOIETAS DA ILHA DO PRÍNCIPE</b> .....	<b>30</b>

## Sumário Executivo

São Tomé e Príncipe é um país insular de pequena extensão territorial, localizado na costa oeste do Continente Africano. O país é pobre e essencialmente agrícola, voltado especialmente para a cultura do cacau, seu principal item de exportação. A sua população, de cerca de 150.000 habitantes, vive na sua maioria no meio rural. O arquipélago surgiu de actividade vulcânica (cerca de 3 milhões de anos atrás). O seu relevo é acidentado, sendo que o pico mais alto (Pico de São Tomé) alcança 2.024 m acima do nível do mar.



Figure 1: Mapas da Localização Geográfica

O seu isolamento face ao continente africano gerou uma diversidade biológica única no país, que abriga ecossistemas diversos, como florestas nubladas, florestas de altitude, florestas de planície, florestas secundárias, florestas “de sombra”, floresta seca, savana, e mangues. O país é cortado por vários rios, lagos e pântanos. Os ecossistemas marinhos e costeiros incluem praias, costões rochosos e recifes coralinos.

Das 895 espécies de plantas superiores registadas no país, 134 são endémicas; conta-se ainda 63 espécies de aves (25 endêmicas), 16 de répteis (7 endêmicas) e 9 de anfíbios (todas endêmicas). 105 espécies de peixes marinhos foram identificadas.

Como outros países insulares, São Tomé e Príncipe enfrenta vários desafios na busca do seu desenvolvimento de modo sustentável: pequena extensão territorial, isolamento, susceptibilidade a desastres naturais e limitada capacidade e meios para lograr a sustentabilidade. O país reconhece contudo que o uso sustentável e a conservação da sua biodiversidade estão intimamente relacionados com o seu desenvolvimento.

O Governo de São Tomé e Príncipe subscreveu a CDB em Junho de 1992, a qual foi ratificada pela Assembleia Nacional em Maio de 1998. Com o apoio de uma *enabling activity grant* do *Global Environment Facility*, o governo de São Tomé e Príncipe concluiu em 2004 a sua Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPAB). A conclusão da ENPAB vem dotar o país de uma estratégia para a conservação e utilização sustentável dos seus recursos naturais e biodiversidade. O processo de elaboração da ENPAB foi conduzido de maneira participativa e interactiva entre vários sectores da sociedade santomense.

## Breve descrição da biodiversidade de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe conta com um alto grau de riqueza de espécies e endemismos, fundamentalmente aves, anfíbios, plantas superiores, morcegos, répteis, borboletas e moluscos. A riqueza da biodiversidade das Ilhas é reconhecida pelo mundo científico, que considera a floresta tropical de São Tomé e Príncipe como a segunda, em termos de prioridade de conservação da avifauna, entre 75 florestas africanas. A flora de São Tomé e Príncipe também é notável: a ilha de S. Tomé tem um género endémico e 87 espécies endêmicas. Príncipe tem por sua vez um género endémico e 32 espécies endêmicas.

Apesar de sua pequena extensão territorial, o país conta com grande diversidade de ecossistemas, particularmente no domínio florestal. Destaque deve ser dado à floresta de sombra, que abriga as culturas de cacau, principal produto da economia santomense. A cultura cacauzeira exige a manutenção da cobertura florestal para sombrear as plantas de cacau e foi demonstrado que tal prática ajuda a manter altos níveis de biodiversidade florestal nos países produtores.

**Quadro 3. Visão Sinóptica da Riqueza de Espécies e Endemismos em São Tomé e Príncipe**

Espécies	Ilhas	Número de Espécies	Endemismo (%)
Mamíferos	São Tomé	10	30
	Príncipe	5	20
Morcegos	São Tomé	9	55
	Príncipe	4	50
Aves	São Tomé	49	57
	Príncipe	35	54
Répteis	Total no país	16	44
Anfíbios	São Tomé	6	100

	Príncipe	3	100
Borboletas	São Tomé	47	38
	Príncipe	42	21
Moluscos	São Tomé	39	77
	Príncipe	32	78
Plantas Superiores	Total no país	895	15

(Fonte: ENPAB-Agricultura 2002; Ogonovszky 2003, World Bank 2003).

### **Ecossistema Florestal**

São vários os ecossistemas terrestres em São Tomé e Príncipe. A Zona de Floresta Húmida de Baixa Altitude (que vai desde o nível do mar até aos 800 metros de altura) possui significativo número de árvores endêmicas. Nesta Zona pode-se distinguir quatro tipos de formações vegetais: Floresta Secundária, caracterizada principalmente por espécies exóticas e cultivadas e espécies pioneiras com crescimento rápido que se naturalizaram, Floresta de Sombra, composta por espécies espontâneas que foram poupadas da derruba da floresta original e por espécies introduzidas para efeito de sombra sobre as plantações de cacau (*Theobroma cacao*) e café (*Coffea sp.*), Savana, formação edafo-climática que ocupa parte da faixa costeira e Mangues, que se distribui pela foz dos cursos de água.

A Zona de Floresta de Montanha ocupa toda a área situada entre os 800 e 1400 metros de altitude. É caracterizada por uma modificação da composição das espécies em relação às altitudes menos elevadas, devido à diminuição da temperatura com a altura, maior precipitação e humidade, constantes nevoeiros e cobertura nebulosa considerável, que reduz os níveis de luminosidade. Predominam nesta região inúmeras espécies vegetais endêmicas.

A Zona de Floresta de Nevoeiro vai dos 1400 aos 2024 metros de altitude. Há árvores endêmicas típicas, as epífitas são abundantes e as samambaias constituem um elemento importante da flora até ao cimo. Existe também a única gimnospérmia endémica (Pinheiro de S.Tomé) e lobélia gigante endémica. As orquídeas, fetos, musgos e líquenes são também frequentes.

### **Ecossistema de Águas Interiores**

A rede hidrográfica do país possui um carácter radial, da parte central à linha da costa (Figura 2 e anexos I e II), e está formada por mais de 50 cursos de água com comprimento médio entre 5 e 27 km. Mais de 60% do caudal dos mesmos estão localizados na parte sudoeste de São Tomé. Um conjunto de pequenas lagoas distribuem-se por todo o território.

Os ecossistemas de águas interiores em São Tomé e Príncipe podem ser classificados em três grandes grupos, segundo as suas condições de vida: Grupo dos Lóticos, formados pelas águas correntes, tais como os rios, ribeiras, nascentes e outros; Grupo das Águas Salobras, que se formam na foz dos rios, isto é, na intersecção entre a água doce e a água do mar; Grupo dos Lênticos, que se formam no interior das águas paradas, tais como os pântanos, charcos e lodos.

**Ecossistema Costeiro e Marinho**

Banhado pelo oceano Atlântico, o país dispõe de uma zona costeira de cerca de 260 Kms de extensão e uma ampla zona económica exclusiva. São vários os habitat que compõem o ecossistema costeiro, formado por praias, costas rochosas, estuários e litorais alagados, onde predominam diversas formas de vida. A Zona Económica Exclusiva é de 160.000 km<sup>2</sup>, com uma produtividade estimada variando de 2.000 a 7.000 toneladas por ano. 105 espécies de peixes foram identificadas e é considerável a diversidade de moluscos, crustáceos, quelônios e cetáceos.

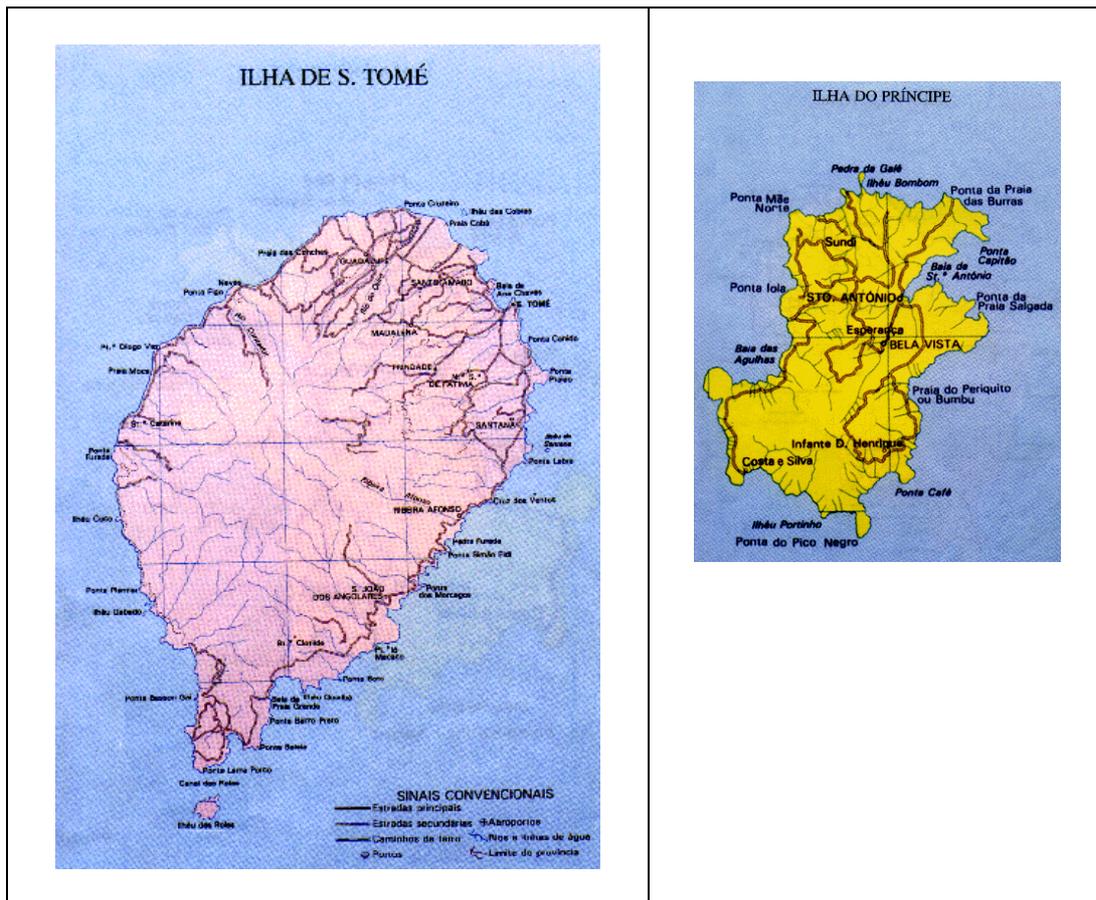


Figure 2: Estrutura hidrográfica de S. Tomé e Príncipe

**Introdução**

São Tomé e Príncipe são as duas principais ilhas do país-arquipélago situado no golfo da Guiné. Distantes 380 km da costa ocidental da África (0° 25'N de latitude e a 6° 20'E de longitude), as ilhas ocupam uma área de 1.001 km<sup>2</sup> (sendo 859 km<sup>2</sup> para a ilha de São Tomé e 142 km<sup>2</sup> para a ilha do Príncipe). As ilhas fazem parte de uma linha vulcânica que inclui Pagalu ao sudoeste, Bioko a nordeste e que se estende ao continente africano através do Monte Camarões e alcança o plateau de Camarões e o Lago Chad e nunca estiveram conectadas entre si ou ao continente.

São Tomé e Príncipe é um país essencialmente agrícola, voltado especialmente para a cultura do cacau, seu principal item actual de exportação. O maior empregador no sector de serviços é o Estado. Há exploração significativa dos recursos pesqueiros e aumenta a procura dos recursos florestais para uso na construção civil e produção de lenha. Existe ainda a possibilidade de crescimento de exploração petrolífera, após terem sido descobertas reservas no Golfo da Guiné.

A população de São Tomé e Príncipe totalizou 150.000 habitantes em 2002 (52% rural). A taxa de crescimento anual é de 1,9%, e a densidade populacional de 155 habitantes por km<sup>2</sup>. Cerca de 54% da população está abaixo da linha de pobreza. O PIB em 2002 totalizou 50 milhões de dólares americanos (a renda per capita é de aproximadamente US\$ 300). O país está altamente endividado e portanto dependente de ajuda externa, particularmente de países europeus, Formosa (Taiwan) e de organismos multilaterais.

O arquipélago surgiu de actividade vulcânica relativamente antiga (3 milhões de anos). Possui relevo acidentado, com picos que alcançam 1.500 metros, sendo o ponto mais elevado o Pico de São Tomé, situado a 2.024 m acima do nível do mar (ver cartas nos anexos I e II). A maior parte do país situa-se contudo abaixo dos 800 m. A pluviometria média anual é de 2.000 a 3.000 mm por ano, que pode atingir 7.000 mm por ano nas florestas de neblina.

O isolamento relativamente ao continente africano gerou uma diversidade biológica única no país. Apesar de possuir área relativamente pequena, São Tomé e Príncipe abriga vários tipos de ecossistemas e o nível de endemismo de espécies é significativo (vide Anexos). Os ecossistemas terrestres abrangem florestas nubladas, florestas de altitude, florestas de planície, florestas secundárias, florestas “de sombra” (quando o dossel da floresta nativa é mantido para sombrear o cultivo do cacau, principal actividade económica e bem de exportação do país), floresta seca, savana, e mangues. Das 895 espécies de plantas superiores registadas no país, 134 são endêmicas; conta-se ainda 63 espécies de aves (25 endêmicas), 16 de répteis (7 endêmicas) e 9 de anfíbios (todas endêmicas).

Os ecossistemas marinhos e costeiros incluem praias, costões rochosos e recifes corais. 105 espécies de peixes foram identificadas e destacam-se ainda os moluscos, crustáceos, quelônios e cetáceos (baleias e delfins). A Zona Económica Exclusiva é de 160.000 km<sup>2</sup>. A Ilha do Príncipe é mais rica em espécies demersais (a produtividade estimada é de 7.000 t/ano) por possuir maior plataforma que São Tomé (cuja produtividade é estimada em 2.000t/ano). São Tomé e Príncipe igualam-se em espécies pelágicas (produtividade estimada de 1.500 t/ano). O Quadro 1 abaixo resume as estatísticas gerais de São Tomé e Príncipe.

<b>Quadro 1. São Tomé e Príncipe em Números</b>	
Área	1.001 Km <sup>2</sup>
População (em 2002)	150.000
Taxa de Crescimento Populacional (em 2002)	1,9% ao ano
Densidade Populacional	155 Habitantes/km <sup>2</sup>
População Rural (em 2002)	52%
Renda per Capita	US\$300
PIB (em 2002)	50 milhões de dólares americanos
Taxa de Crescimento Económico – PIB (em 2002)	3% ao ano
Clima	Tropical húmido, com duas estações: a quente e chuvosa, que dura cerca de 9 meses), e a gravana, relativamente mais seca, que vai de Junho a Setembro. A pluviosidade média anual oscila entre os 2.000 e os 3.000 mm anuais, mas pode alcançar 7.000 mm nas florestas de neblina. A temperatura média anual é de 26°C.
Diversidade de Ecossistemas	de Ecossistemas costeiro e marinho Ecossistemas de águas interiores Ecossistemas florestais Agro-ecossistemas
Riqueza de Espécies e Endemismo	895 espécies de plantas superiores (134 endêmicas) 63 espécies de aves (25 endêmicas) 16 espécies de répteis (7 endêmicas) 9 espécies de anfíbios (todas endêmicas)
Principais Problemas Sócio-ambientais	Diminuição das florestas primárias Degradação das florestas secundárias Erosão de encostas Redução do pescado, avifauna e tartarugas marinhas

	Uso inadequado de pesticidas (doméstico e agrícola) Perda de produtividade agrícola Extração de areia das praias Declínio da qualidade da água para consumo humano Malária
--	--

(Fontes dos Dados: ENPAB 2004; World Bank 1993, 2003)

Como outros países insulares, São Tomé e Príncipe enfrenta vários desafios na busca do seu desenvolvimento sustentado: o país é pequeno, isolado, os custos de transporte e comunicação são elevados, é susceptível a desastres naturais e são limitados os meios e a capacidade para lograr a sustentabilidade (GEF 2004). O país reconhece contudo que o uso sustentável e a conservação da sua biodiversidade estão intimamente relacionados com o seu desenvolvimento.

### ***1.1. O Valor da Diversidade Biológica e dos Serviços Ambientais***

Desde o início da exploração das Ilhas pelos colonizadores portugueses no século XVI, o uso dos recursos biológicos tem estado intimamente ligado à história de ocupação de São Tomé e Príncipe. A exploração sustentável da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe, de modo que possa também gerar provento para as comunidades locais e assim reduzir a pobreza, está directamente ligada à sua conservação.

A conservação da cobertura florestal desempenha papel relevante no sistema agrário do país (regulação do regime das chuvas, da insolação e da evapotranspiração), protecção das bacias hidrográficas, protecção do solo contra a erosão, reciclagem de nutrientes e constituição da fertilidade natural do solo. Além disso, como outras florestas tropicais do mundo, podem funcionar como sumidouros do dióxido de carbono atmosférico, contribuindo na problemática das mudanças climáticas a nível mundial.

As culturas do cacau (principal produto de exportação do país) e do café requerem a manutenção do dossel florestal para sombreamento. As “florestas de sombra”, que se instalaram na região baixa e plana e de melhor aptidão agrícola em S. Tomé e Príncipe, há mais de dois séculos, gozam de reputação internacional, por se apropriarem à conservação de solos tropicais em condições insulares e pela manutenção de algumas essências florestais. A floresta constitui ainda um precioso recurso renovável, donde se obtém lenha para fins energéticos e materiais de construção.

As florestas servem também de habitat para a fauna silvestre. Diversas espécies selvagens são utilizadas para a caça de subsistência, por exemplo porcos do mato (*Sus sp*), primatas (*Cercopithecus mona*) e aves indígenas (*Columba malherbii*, *Columba thomensis*, *Treron australis virescens*, *Streptopelia senegalensis*, *Aplopelia larvata simplex ou principalis*). A colheita de plantas medicinais e extração do mel são práticas comuns. Existem várias espécies cultivadas de especiarias de grande valor comercial e

nas áreas cultivadas encontram-se árvores de fruto, culturas alimentares e industriais.

Destacam-se ainda os recursos vegetais selvagens, como a banana prata (regime de *Musa paradisiaca* v. *sapientum*), a matabala (tubérculo de *Xanthosoma sagitifolium*) e a fruta-pão (fruto de *Artocarpus communis*), que constituem a base alimentar tradicional dos são-tomenses. A este grupo junta-se ainda o izaquite (fruto de *Treculia africana*), com a qual se prepara o prato do mesmo nome, tradicional nas festas locais.

Dos ecossistemas de águas interiores, explora-se os camarões de água doce, em particular a espécie indígena de São Tomé e Príncipe, o camarão branco (*Macrobrachium zariquetry*). Há iniciativas de cultura de espécies de predadores de água doce no combate às larvas de mosquito do género *Anopheles*, causadores de paludismo, que vivem nos pântanos e charcos, como uma alternativa para evitar a utilização de produtos químicos, nomeadamente do DDT.

Não é desprezável o valor da utilização ornamental das plantas e animais selvagens de companhia. São Tomé e Príncipe possui uma das mais ricas floras de orquídeas da África, de grande potencial ornamental. O coqueiro (*Cocos nucifera*), a cedrela (*Cedrela odorata*), o gôgô (*Carapa procera*) e a amoreira (*Milicia excelsa*) têm valor no artesanato local. Os animais com valor ornamental são os papagaios (*Psittacus erithacus*), os periquitos (*Agapornis pullarius*) e os primatas (*Cercopithecus mona*), que chegam a ser exportados.

Sob o ponto de vista cultural, muitas espécies vegetais são utilizadas para a fabricação de instrumentos musicais e os ecossistemas florestais são utilizados para ritos religiosos e supersticiosos.

## ***1.2. Pressões e Ameaças sobre a Diversidade Biológica e os seus Recursos***

A problemática ambiental em São Tomé e Príncipe, de forma geral, não é tão grave relativamente a outros países do Continente. Contudo, a biodiversidade é a questão que mais preocupa as autoridades nacionais, pois o país ainda possui uma reserva considerável de floresta primária e uma floresta secundária de alta qualidade. Porém, no decurso do seu processo de desenvolvimento económico, algumas práticas associadas a políticas não muito bem equacionadas têm estado a ameaçar e a exercer uma grande pressão sobre a biodiversidade. Os principais problemas sócio-ambientais de São Tomé e Príncipe estão listados no Quadro 1 acima.

## **2. Perspectiva Histórica e o envolvimento de São Tomé e Príncipe com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)**

A República Democrática de São Tomé e Príncipe deu início, desde 1990 ao Plano Nacional de Acção Ambiental. De acordo com um relatório publicado pelo Banco Mundial (World Bank 1993), diversas iniciativas foram tomadas pelo Governo no sentido de conservar os recursos naturais do país. Estas iniciativas incluíram o desenvolvimento de uma política ambiental, a formulação de legislação ambiental específica e a constituição da Comissão Nacional de Ambiente. Estas iniciativas buscaram inserir-se na renovação das políticas setoriais pertinentes, por exemplo, na área da pesca, florestas, água e saneamento, pois sempre se entendeu que eventualmente surgiriam, tanto no curto como no longo prazo, os *trade offs* e *feedbacks* entre o desenvolvimento do país e a conservação dos recursos naturais. Não havia contudo na época uma estratégia nacional que criasse mecanismos de conservação dos recursos naturais. Neste sentido, a elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade (ENPAB) vem cobrir esta importante lacuna no acervo instrumental do país.

O referido estudo identificou as potencialidades e os pontos de estrangulamento para a devida conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Identificou, por exemplo, o potencial do ecoturismo, que ainda é pouco explorado não obstante a beleza natural e do grau de endemismos encontrados no país. O estudo apontou ainda a potencialidade de aumento da exploração de madeira comercial em bases sustentáveis, que necessitaria de uma estratégia de protecção das florestas primárias, do manejo sustentável das florestas secundárias e da selecção de espécies para uso na construção civil, fabricação de móveis e geração de energia através da exploração da lenha.

O estudo preparado pelo Banco Mundial utilizou exemplos de sucesso de outros países insulares quando elaborou as suas recomendações. Ao contrário de outros países insulares (e outras nações do continente africano), o ambiente de São Tomé e Príncipe encontra-se ainda em situação relativamente íntegra, facto que pode ser considerado como uma oportunidade para empreendimentos ambientais mais sustentáveis. Porém, apesar de avanços na última década, alguns impedimentos permanecem: políticas, instituições e legislação inadequadas; oferta limitada de recursos humanos qualificados; falta de informação; sociedade civil organizada (ONGs) ainda incipiente.

### ***2.1. Políticas Públicas e Quadro Legal***

No plano nacional, a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe prevê que todos têm direito a um ambiente saudável. No espírito da Constituição, todas as Leis Ambientais contêm normas que prevêm o acesso das populações aos recursos naturais, permitindo as mesmas

utilizar esses recursos para o desenvolvimento económico e social sustentável, contribuindo para aquisição de meios financeiros direccionados à luta contra a pobreza, à protecção da biodiversidade, assim como a conservação dos recursos naturais.

A composição do quadro legal inclui leis, decretos e outros instrumentos legais e jurídicos que regulamentam a base do ambiente, a conservação da fauna, flora e áreas protegidas, o regime da propriedade fundiária e uso agrícola do solo, a protecção, exploração e gestão dos recursos marinhos da ZEE, a utilização das florestas, a extracção de areia, calhau, calcário e recifes, decretos que ordenam o registo obrigatório de resíduos, o processo de avaliação de impacto ambiental, o corte de árvores, a fixação de limites de saída de aves do país, a regulamentação do uso de fogo em florestas. Outros instrumentos já aprovados, que, porém, ainda não vigoram, são a lei das pescas e ambiente aquático, a lei florestal, o decreto sobre a criação dos Parques Nacionais Ôbôs de São Tomé e do Príncipe, a lei sobre a conservação das tartarugas marinhas e a regulamentação da caça.

A capacidade institucional em fiscalizar e controlar a exploração e garantir a conservação dos recursos biológicos está contudo inibida pela escassez de quadros capacitados, pela insuficiência de equipamentos técnicos e pela ineficácia de instrumentos jurídicos. É ainda muito baixo o impacto dos textos legislativos na regulamentação sócio-económica da exploração dos recursos biológicos, por um lado devido à não publicação de alguns e, por outro lado, por causa da não criação de órgãos de execução e de mecanismos de controlo e seguimento. Actualmente, não existem mecanismos nacionais de acesso e distribuição equitativa dos benefícios resultantes da utilização durável dos recursos.

No campo internacional, as convenções já ratificadas são a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas, a Convenção sobre o Combate à Desertificação e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

Outras Convenções ainda sem ratificação: Convenção para a Protecção da Camada de Ozono, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que empobrecem a Camada de Ozono, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Pertencentes à Fauna Selvagem, Convenção Africana para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

## ***2.2. Implementação da CDB***

O Governo de São Tomé e Príncipe subscreveu a CDB em Junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, a qual viria a ser ratificada pela Assembleia Nacional em Maio de 1998.

Em resposta aos ditames dos Artigos 6 e 8 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), o “*Global Environment Facility*” (GEF) apoiou o Governo de São Tomé e Príncipe para que desenvolvesse a sua estratégia nacional e estabelecesse acções prioritárias para a conservação e o manejo da biodiversidade, através de uma “*enabling activity grant*” que teve início em 2000 (GEF 2004). A elaboração da ENPAB vem preencher várias lacunas identificadas na questão da conservação e utilização sustentável dos recursos naturais e biodiversidade. O processo de elaboração da ENPAB foi conduzido de maneira participativa e interactiva e obedeceu às seguintes etapas:

<b>Quadro 2. Demonstrativo do Processo de Elaboração da Estratégia Nacional e do Plano de Ação da Biodiversidade (ENPAB)</b>	
Data	Atividade Desenvolvida
Junho de 2000	Realização de um atelier que congregou e sensibilizou parceiros para a elaboração da ENPAB
Fevereiro de 2001	<p>Criação da Célula de Execução e Coordenação do ENPAB. A Célula de Execução é composta por técnicos dos Ministérios do Ambiente e Economia, do Gabinete do Ambiente (organismo coordenador do Projecto), da Direcção das Florestas (Ponto Focal da Biodiversidade), do Programa ECOFAC (Conservação e Utilização Racional dos Ecossistemas Florestais da África Central) e do Ponto Focal do GEF. A equipa gestora do Projecto contou ainda com a participação de assistentes administrativos e financeiros do Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente</p> <p>O seguimento da execução do Projecto foi confiado ao Comité Director Nacional do Ambiente (CDN). Este comité, de carácter consultivo e multisectorial, é composto por representantes dos diferentes serviços da Administração Central do Estado, bem como de organizações não-governamentais (ONGs).</p>
Agosto e Setembro de 2001	Realização de seminários para recolha de dados e organização da equipa técnica para realização de trabalhos no terreno.
Janeiro de 2002	<p>Elaboração da estrutura do ENPAB</p> <p>Definição das áreas temáticas: ecossistemas florestais, marinhos e costeiros, águas interiores, agro-ecossistemas, silvicultura, pecuária e quadro jurídico e institucional</p>
Julho – Outubro de 2002	<p>Elaboração dos Estudos Temáticos:</p> <p>Agricultura</p> <p>Águas Interiores</p> <p>Floresta</p> <p>Jurídico</p> <p>Marinho e Costeiro</p> <p>Pecuária</p>

	Silvicultura
Janeiro de 2003	Elaboração da Primeira versão da ENPAB
Setembro de 2003	Versão harmonizada da ENPAB
Maior de 2004	Seminário de validação pelos membros da Célula Executora
Maior e Junho de 2004	Revisão final da ENPAB e Preparação do 1º. draft do Relatório Nacional para a CDB. Tradução e multiplicação dos textos tanto da ENPAB como do Relatório Nacional. Entrega dos documentos ao Governo e remissão ao Secretariado da CDB

### 3. Metas e Objectivos da ENPAB

A ENPAB de São Tomé e Príncipe está estruturada em 3 partes: i) O Diagnóstico da situação dos diferentes ecossistemas do país, abrangendo as principais espécies que os compõem, bem como a situação real vivida presentemente por cada uma delas; ii) Descrição da Estratégia Nacional, que explicita as Metas que foram acordadas para solucionar os problemas diagnosticados; e iii) Os Anexos, com propostas de Programas e Planos de Acção e listas das espécies componentes da biodiversidade nacional.

De modo a estabelecer uma perspectiva que transcenda os horizontes do quotidiano e, portanto, fixar objectivos a serem alcançados no futuro, a ENPAB enunciou e explicitou uma visão global para a conservação da diversidade biológica:

“São Tomé e Príncipe deverá reforçar as capacidades institucionais e humanas e promover o desenvolvimento económico diversificado, particularmente os recursos petrolíferos que deverão jogar um papel positivo e indispensável na conservação da biodiversidade, contribuindo assim na luta contra a pobreza”.

Para fundamentar esta visão, a Estratégia apresenta acções que correspondem aos três objectivos fundamentais da Convenção sobre a Diversidade Biológica, ou seja:

- A conservação da diversidade biológica em todos os níveis (genes, espécies e ecossistemas) decorrerá do reforço da conservação in situ e da conservação ex situ;
- A utilização sustentável dos recursos biológicos deverá considerar a valorização da biodiversidade;

A partilha justa e equitativa das vantagens geradas pela utilização dos recursos biológicos será alcançada através do reforço do quadro institucional e legal e da criação de mecanismos de acesso e de partilha dos recursos biológicos, a nível nacional e internacional.

A implementação da Estratégia nacional far-se-á através de acções em cinco Eixos Estratégicos, identificados no âmbito da elaboração do Diagnóstico da situação nacional, que foi analisado e reconfirmado de forma participativa no Atelier nacional de validação. Os eixos estratégicos são:

- A conservação do ecossistema marinho e costeiro;
- A conservação do ecossistema de águas interiores;
- A conservação do ecossistema florestal;
- A conservação do ecossistema agrário;
- O reforço do quadro institucional e legal, que funcionará como elemento transversal.

Para já, em termos estratégicos, a duração das medidas e potenciais projectos preconizados não ultrapassarão os 5 anos, atendendo aos imperativos de uma acção prática devidamente enquadrada no tempo e sujeita aos condicionalismos ditados pelas disponibilidades financeiras. Os Planos de Acção para cada Eixo Estratégico (apresentados nos Anexos da ENPAB) contemplam portanto medidas e actividades de carácter preliminar que deverão naturalmente encontrar continuidade em acções subsequentes.

### ***3.1. Eixo Estratégico para a Conservação do Ecossistema Costeiro e Marinho.***

A vulnerabilidade e a fragilidade das áreas costeiras impõem a necessidade de uma utilização adequada do seu espaço. A ocupação desordenada das áreas costeiras e a utilização em modo não sustentável dos recursos aceleram o processo erosivo e a perda de biodiversidade nessas áreas, exemplos significativos das quais são a caça das tartarugas marinhas e dos seus ovos e a destruição das áreas de reprodução, provocada pela exploração desregrada de areia nas praias.

Apesar da existência de uma lei sobre a pesca, a falta de meios para fazer a fiscalização e o seguimento das actividades piscatórias na ZEE santomense têm permitido a captura de várias espécies de forma descontrolada, pondo em causa sua própria existência. A falta de controlo sobre as unidades pesqueiras, sobretudo no que diz respeito ao tipo de

artefactos utilizados, tem resultado na captura de pescado de tamanho fora do convencional.

A exploração desregrada destes recursos repercute economicamente sobre a população, ao promover a redução dos seus rendimentos, por um lado, e o aumento dos preços de compra, por outro. Torna-se por isso necessário reforçar tanto os meios regulamentares como os materiais de fiscalização, com vista a permitir que os referidos recursos sejam explorados de forma sustentável.

Entretanto, a falta de conhecimentos sobre as características dos recursos pesqueiros nacionais impede a adopção de uma política de gestão sustentável desses recursos. A conservação da biodiversidade marinha e dos seus ecossistemas pressupõe o conhecimento científico das suas componentes, que sirva de base a todo o processo de planificação, organização e coordenação global das acções a serem levadas a cabo, neste caso, com a participação activa e responsável de todos os actores implicados.

Objectivo fundamental: A conservação da diversidade biológica costeira e marinha através do reforço da conservação “in situ” e “ex situ” e do quadro institucional.

Objectivos Específicos:

- Ordenamento espacial da Zona Costeira e gestão sustentável dos seus recursos;
- Sensibilização das populações que residem nas zonas costeiras;
- Monitorização das acções de protecção e conservação de áreas costeiras;
- Criação de um Parque Marinho Nacional;
- Estudos dos Recursos Haliêuticos;
- Gestão Sustentável da Zona Económica Exclusiva;
- Protecção das tartarugas marinhas;
- Reforço de acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio de conservação e gestão sustentável do ecossistema Marinho e Costeiro.

### ***3.2. Eixo Estratégico para a Conservação do Ecossistema de Águas Interiores.***

São Tomé e Príncipe dispõe de uma rede hidrográfica relativamente densa, caracterizada pela irregularidade do regime e das características dos vários cursos de água que a compõem. É à volta dessa rede hidrográfica que surgem ecossistemas húmidos, onde se destaca uma rica diversidade biológica, tanto de fauna como da flora, algumas delas endêmicas. Até ao presente, o país não conta com qualquer zona húmida classificada como área protegida.

A falta de conhecimentos sobre as características dos recursos biológicos das águas interiores impede a adopção de uma política de gestão sustentável desses recursos.

**Objectivo fundamental: A conservação da diversidade biológica do Ecossistema de Águas Interiores através do reforço da conservação “in situ” e do quadro institucional.**

Objectivos Específicos:

- Elaboração de estudos sobre a fauna das Águas Interiores;
- Elaboração do plano de gestão das Áreas Pantanosas;
- Criação de áreas protegidas nos Ecossistemas Húmidos;
- Reforço de acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio da conservação e gestão sustentável do ecossistema de águas interiores.

### ***3.3. Eixo Estratégico para a conservação do Ecossistema Florestal.***

A política de privatização de terras agrícolas permitiu que consideráveis extensões de terra fossem entregues aos pequenos e médios agricultores. Apesar do benefício social obtido com esta acção, houve exploração descontrolada dos recursos madeireiros, pois as árvores são cortadas para gerar liquidez financeira. Este fenómeno, para além de tender a diminuir as espécies de madeira de alto valor comercial, acelera a erosão dos solos, a destruição dos habitats de faunas, a degradação das bacias hidrográficas e, indirectamente, a deterioração da qualidade de vida da população rural.

A recuperação da cobertura vegetal nas áreas degradadas implica levar a cabo acções de reflorestação em grande escala, segundo programas que não descurem as necessidades em matéria de segurança alimentar e o desenvolvimento de outras culturas, nomeadamente para a exportação. Por outro lado, não existe inventário fiável sobre a distribuição e o efectivo de espécies de animais selvagens em São Tomé e Príncipe. Esta falta limita a eficácia dos esforços de conservação ou gestão sustentável desses recursos.

A população que vive nas zonas periféricas às áreas protegidas exerce pressão sobre os recursos naturais disponíveis nessas áreas. Além da exploração de madeira, são comuns a caça e a agricultura, que utilizam técnicas inadequadas. Tanto a gestão das áreas protegidas como os programas de repovoamento florestal deverão incluir a participação da população local, de forma a garantir-se a utilização sustentável dos recursos biológicos disponíveis. O inventário da fauna será feito em estreita colaboração com as comunidades locais e, em particular, com os caçadores, o que irá permitir a avaliação e valorização dos produtos da caça.

A população é detentora de importantes conhecimentos ligados à prática de conservação dos ecossistemas, da flora e da fauna, valorizando não só os seus aspectos económicos, mas também os aspectos sociais e culturais dos mesmos. É determinante que seja feito um levantamento dos conhecimentos e técnicas tradicionais, de modo a que os mesmos sejam associados a conhecimentos e técnicas modernas susceptíveis de envolver as comunidades locais na defesa e gestão sustentável dos seus recursos.

A criação do Arboreto e expansão do actual Jardim Botânico irão constituir um passo importante no domínio da investigação e do conhecimento científico sobre as espécies arbóreas, nomeadamente nos campos da sistemática, biologia de populações e da biotecnologia.

**Objectivo fundamental: A Conservação da diversidade biológica do Ecossistema Florestal através do reforço da conservação “in situ” e “ex situ” e da criação de mecanismos de valorização.**

Objectivos Específicos:

- Sensibilização das populações que residem nos arredores das áreas protegidas;
- Monitorização das acções de protecção e conservação de áreas protegidas;
- Perenização de políticas coerentes e de financiamentos para as áreas protegidas.
- Criação de um Arboretum;
- Alargamento e enriquecimento do actual Jardim Botânico e do Herbarium;
- Criação de um banco de sementes de espécies endémicas e indígenas;
- Repovoamento florestal de áreas degradadas;
- Estudos científicos sobre a taxonomia e ecologia das espécies exploradas;
- Vulgarização de técnicas apropriadas para o aproveitamento de plantas com fins medicinais;
- Cultivo e utilização sustentável de plantas medicinais;
- Monitorização de actividades relacionadas com a caça de espécies endémicas;
- Protecção de áreas de reprodução e de nidificação de espécies endémicas;
- Gestão adequada de espécies arbóreas de valor comercial;
- Estruturação e operacionalização do ecoturismo;
- Estudo das espécies ornamentais e sua valorização;
- Estudo de espécies utilizadas na confecção de artesanato e sua multiplicação.

### ***3.4. Eixo Estratégico para a Conservação do Ecossistema Agrário.***

A agricultura santomense baseia-se num universo rico de variedades vegetais e animais. Entretanto, a introdução não muito criteriosa de variedades melhoradas tende a relegar para segundo plano a investigação na área das

variedades locais, normalmente mais resistentes a determinadas pragas, mas que se vêem hoje ameaçadas.

As espécies frutícolas espontâneas constituem uma fonte importante de alimentação para toda a população, particularmente a que reside no meio rural. No entanto, o seu aproveitamento não tem sido o melhor, devido à falta de conhecimentos sobre o seu valor e suas características biológicas. Em alguns casos, existe o risco de desaparecimento de variedades, devido ao elevado grau de vulnerabilidade das áreas onde as mesmas se desenvolvem.

Para a exploração sustentável do património vegetal local, torna-se necessário constituir colecções de referência das diferentes espécies exploradas na agricultura e assim identificar as espécies em perigo e adoptar medidas adequadas para a sua conservação e utilização sustentável.

Face ao rápido desenvolvimento científico e tecnológico que se vem registando em matéria de produção agropecuária ao nível mundial, impõe-se ao país a necessidade de investir no domínio da investigação agrária, sobretudo na sua vertente animal. Tal necessidade torna-se ainda mais premente, quando a limitação do espaço territorial nacional e a exiguidade das áreas aptas para a produção agropecuária dificultam cada vez mais a satisfação das necessidades básicas de uma população que cresce a um ritmo ainda bastante significativo.

A criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Pecuário constituiria assim um passo particularmente importante no domínio da investigação e do conhecimento científico sobre as espécies pecuárias existentes no país. Poder-se-iam investigar a biologia dos grupos taxonómicos, a biotecnologia, o valor sócio-económico das espécies e as actividades geradoras de rendimentos para a população. A protecção e valorização das espécies rústicas será de primordial interesse, no âmbito do património animal do país.

**Objectivo fundamental: A conservação da diversidade biológica do Ecosistema Agrário através do reforço da conservação “in situ” e “ex situ” e valorização da diversidade vegetal e animal.**

Objectivos Específicos:

- Constituição de uma colecção nacional de espécies frutíferas espontâneas com vista à sua conservação e utilização sustentável;
- Preservação de espécies no seu habitat natural de forma controlada e informatização de dados;
- Inventário das variedades em vias de extinção;
- Informação, Educação e Comunicação (IEC) dirigida a quadros técnicos e agricultores, no domínio da conservação da biodiversidade e da gestão sustentável dos recursos biológicos;

- Enriquecimento de campos de germoplasma vegetal, pela contribuição de genes provenientes do estrangeiro e de outras variedades locais;
- Adopção de um programa contra erosão genética e implantação de culturas alimentares em zonas apropriadas;
- Fomento da produção biológica do cacau e de outros produtos agrícolas de exportação;
- Promoção das culturas alimentares e frutícolas, com vista a garantir a segurança alimentar;
- Desenvolvimento das potencialidades existentes das plantas ornamentais, incluindo um estudo de mercado;
- Promoção de um centro de pesquisa, destinado a aprofundar as investigações sobre métodos de luta biológica contra pragas e doenças;
- Criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento pecuário;
- Fomento da criação de espécies animais mais comuns (suínos, bovinos, ovinos, caprinos, aves e coelhos);
- Aumento do efectivo ovino;
- Maior e melhor controlo de animais para abate;
- Criação de unidades de transformação.

### ***3.5. Eixo Estratégico para o Reforço do Quadro Institucional e Legal.***

São Tomé e Príncipe necessita de um quadro jurídico que permita regular a forma de utilização dos recursos biológicos presentes em cada um dos ecossistemas, de modo a permitir a sua gestão sustentável. A constituição de tal quadro deverá basear-se na estreita colaboração com as comunidades locais e, particularmente, com os promotores e operadores de actividades económicas que utilizem a biodiversidade.

A baixa capacidade institucional dos sectores encarregues pela conservação (*in situ* e *ex-situ*), os riscos advindos da manipulação de organismos vivos, para além da falta de equipamentos necessários, a falta de motivação, e a baixa capacidade dos recursos humanos, limitam a efectividade das acções já iniciadas e propostas. É portanto premente o reforço da capacidade humana e institucional dos sectores responsáveis.

Não será possível travar a degradação da diversidade biológica sem introduzir mudanças no comportamento das comunidades locais. Tais mudanças só se tornarão possíveis através da institucionalização de um programa amplo e permanente de informação, educação e comunicação junto da população em geral e dos decisores políticos, administrativos e económicos, em particular. A informação e sensibilização da população são instrumentos necessários que permitem a participação da mesma na protecção e conservação da biodiversidade biológica, em benefício próprio e no das gerações futuras.

Objectivo fundamental: A conservação da Biodiversidade e a utilização dos seus recursos através do reforço do Quadro Institucional e Legal e da criação de mecanismos de acesso e de partilha justa e equitativa dos recursos biológicos.

Objectivos Específicos:

- Reforço das acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade;
- Formação de recursos humanos adicionais qualificados no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade, incluindo guardas florestais, ecoguardas, botânicos, zoólogos, ecologistas e outros;
- Elaboração e aprovação do Plano de gestão do Parque Natural;
- Elaboração de um programa de aperfeiçoamento técnico em Agro-floresta, Etnobotânica e Farmacopeia;
- Criação de uma estrutura pública, para promoção e seguimento da utilização adequada das plantas medicinais;
- Criação de um sistema nacional de recolha e processamento de informação tecnológica sobre o funcionamento de Jardins Botânicos e Herbários a nível internacional;
- Aprovação e aplicação do Plano Nacional de Desenvolvimento florestal;
- Criação de um Fundo Fiduciário;
- Promoção de parcerias entre o sector privado, as ONG's e as populações locais, no domínio da Biodiversidade;
- Maior envolvimento do Estado nos processos e acções visando a melhoria da operacionalidade e eficácia das estruturas de apoio existentes (associações de pequenos agricultores, cooperativas de médias empresas agrícolas, programas de vulgarização agrícola e outras);
- Criação de mecanismos conducentes à aplicação e à observância efectivas da legislação já aprovada e publicada, em matéria de conservação e gestão sustentável da Biodiversidade;
- Aprovação, publicação e entrada em vigor da Lei sobre o Parque Natural;
- Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a caça;
- Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a captura e comercialização da tartaruga marinha e seus produtos;
- Elaboração de legislação relativa à salvaguarda dos recursos fitogenéticos;
- Elaboração do correspondente quadro legal com vista ao melhor funcionamento e aproveitamento do potencial do Jardim Botânico e Herbário existentes;
- Elaboração, aprovação e aplicação da legislação sobre a exportação de espécies de conformidade com a CITES;
- Elaboração, aprovação e aplicação do Código pecuário;
- Elaboração de leis que integrem a noção de acessibilidade e de partilha justa e equitativa;
- Promoção de apoio às estruturas de protecção e de gestão comunitária dos recursos biológicos;
- Fortalecimento de mecanismos de cooperação internacional, visando a aquisição de genes no estrangeiro, em função das necessidades e dos programas de desenvolvimento nacional;
- Institucionalização do processo de eco-certificação de produtos agro-florestais;

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Optimização do programa STABEX, visando o aumento da produção de cacau;</li><li>• Garantia de acesso regular às informações zoo-sanitárias e das inovações científico-técnicas ao nível mundial.</li></ul> |
|--|

## **4. Estratégias**

### ***4.1. Implementação, Seguimento e Avaliação***

A implementação da Estratégia Nacional e do Plano de Acção da Diversidade Biológica decorrerá através da criação de uma estrutura de coordenação (Gabinete Nacional de Coordenação), inserida no Gabinete do Ambiente do Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente. Para que esta estrutura possa realizar convenientemente a missão que lhe é conferida, necessitará de apoio técnico, material, científico e jurídico. A estrutura deverá elaborar um plano de negócios que lhe permitirá caminhar progressivamente para uma semi-autonomia financeira a longo prazo.

O Gabinete Nacional de Coordenação será responsável pela coordenação das iniciativas e dos projectos e pela criação e gestão de um mecanismo sustentável de financiamento das actividades de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável dos recursos biológicos (vide item 4.2 abaixo).

No âmbito dessa coordenação, o Gabinete Nacional terá por metas:

1. Funcionar como ponto focal da rede constituída por todas as agências nacionais públicas e privadas implicadas na conservação ou valorização da diversidade biológica;
2. Apoiar as iniciativas privadas para a restauração dos ecossistemas degradados e a protecção da diversidade biológica;
3. Promover a colaboração com os organismos e instituições ou intervenientes no domínio da biodiversidade;
4. Sensibilizar o grande público, através de publicações e exposições de colecções, espécimens, filmes documentários e outros meios disponíveis ao nível dos parceiros;
5. Coleccionar e gerir a informação sobre a diversidade biológica, com o objectivo de fazer a promoção da utilização sustentável dos recursos naturais;
6. Funcionar como estrutura-recurso na identificação das instituições de formação, bolsas de estudos e de aperfeiçoamento e orientar desta maneira, os interventores ou outros indivíduos interessados;

7. Criar e gerir um mecanismo nacional de coordenação e de troca de informações de ordem científica, técnica, sócio-económica e cultural em matéria de diversidade biológica;
8. Promover o crescimento dos investimentos para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos seus recursos;
9. Criar e manter uma base de dados para a conservação e gestão dos recursos naturais e da biotecnologia.

No âmbito da criação e da gestão de um mecanismo de financiamento, o Gabinete Nacional terá por metas:

1. Estimular o sector privado a adoptar uma estratégia de utilização de símbolos da conservação para fazer a promoção dos diversos produtos e serviços. Uma certa percentagem dos rendimentos poderá ser destinada como taxas de utilização para as actividades de conservação;
2. Funcionar como estrutura-recurso para a identificação e assistência à mobilização da parceria em ambiente, tanto a nível nacional como internacional;
3. Funcionar como prestador de serviços de promoção (marketing) para a valorização sustentável da diversidade biológica, tanto a nível nacional como internacional;
4. Funcionar como estrutura-recurso de financiamento das actividades de conservação da diversidade biológica e assistência à mobilização dos financiamentos;
5. Funcionar como estrutura-recurso para a prestação de serviços de montagem de dossiers relativos ao financiamento das actividades de valorização sustentável dos recursos biológicos;
6. Funcionar como estrutura-recurso para assistir às agências nacionais públicas e privadas na organização de seminários e ateliers relativos às questões ligadas à diversidade biológica;
7. Promover a criação de um fundo especial (trust fund) para o reforço da conservação da diversidade biológica e utilização sustentável dos recursos e gerir este fundo.

#### ***4.2. Detalhes da Estratégia de Financiamento do Gabinete Nacional de Coordenação Inserido no Interior do Gabinete do Ambiente (GNC – GA)***

O funcionamento do GNC-GA deverá apoiar-se num modelo de gestão que lhe permita caminhar progressivamente, a médio prazo, para uma semi-autonomia financeira, a ser consubstanciada no longo prazo. Além do recurso aos financiamentos provenientes das fontes tradicionais (agências de ajuda,

cooperações bi e multilaterais, doações e legados, etc.), para os seus fundos de financiamento o GNC-GA deverá apoiar-se na estratégia de financiamento à base de royalties. Por exemplo, os projectos, estruturas ou iniciativas que beneficiem dos serviços do GNC-GA deverão pagar impostos de utilização proporcionais aos fundos que as prestações fornecidas pelo Gabinete terão contribuído para mobilizar.

Para otimizar a obtenção destes impostos de utilização, o GNC-GA fará apelo a mecanismos inovadores tais como:

1. Promoção da utilização de logos relativos às espécies animais ou vegetais de São Tomé e Príncipe pelos sectores público e privado nacional e internacional (selos dos correios, cervejarias, companhias petrolíferas, companhias de aviação, agências de viagem, transporte marítimo, lotaria nacional, revistas especializadas internacionais, companhias farmacêuticas, etc.) para o marketing dos seus produtos;
2. Promoção de apadrinhamentos e geminações de projectos ou outras iniciativas com cidades e centros de pesquisa, jardins zoológicos e botânicos, etc.
3. A criação de um site web, bem como a produção de desdobráveis publicitários para o GNC-GA serão meios eficazes para atingir uma maior audiência nos níveis nacional e internacional.

### ***4.3. Detalhes da Estratégia de Financiamento de Projectos***

A maior parte dos financiadores tradicionais emitem cada vez mais reservas sobre as suas capacidades em poder suportar individualmente o peso de financiamento dos projectos nos países em desenvolvimento. Várias razões estão na origem desta atitude, destacando-se a pressão dos contribuintes do Norte a quem os seus governos impõem uma certa racionalização interna das despesas, por causa da luta contra o défice, a efectividade das acções e a sustentabilidade dos projectos.

Na era da globalização e da emergência da nova economia com o cortejo de novos instrumentos e de novas formas de fazer, torna-se imperativo que uma abordagem de financiamento da implementação de uma estratégia nacional e de um plano de acção de diversidade biológica possa produzir uma certa adaptação, otimizando o arsenal de conjunturas, de instrumentos e mesmo de predisposição actual de certos actores-chave, tanto a nível nacional como a nível internacional.

A elaboração de uma estratégia de financiamento justifica-se pela necessidade cada vez mais crescente de interiorização dos mecanismos de financiamento. Esta estratégia de financiamento é a única que garante a rentabilidade dos financiamentos. Além disso, uma estratégia clara e coerente de financiamento, constitui um instrumento forte de mobilização de fundos em proveniência de diversas fontes que garantem a adicionalidade. A estratégia de financiamento tem como pano de fundo o contexto local, nacional e internacional actual e permitirá também ir-se à procura dos actores importantes que até há bem pouco tempo eram ignorados, principalmente dos projectos ambientais.

Nesse contexto o sector privado se mostra como actor fundamental. Aqui se propõe uma abordagem através da qual São Tomé e Príncipe entende mobilizar o conjunto dos actores subscritores com o objectivo de estabelecer um mecanismo de financiamento sustentável das actividades propostas ao nível de acção nacional da diversidade biológica. Entende-se por subscrição, todas as formas de contribuição, em material ou em dinheiro. Fazem também parte das contribuições, os pagamentos de salário aos empregados assalariados dos projectos.

**Ao nível nacional, identificam-se como subscritores alvo:**

1. O Estado santomense;
2. A Cooperação bi e multilateral;
3. O Sector privado nacional (domínios agrícola, agro-alimentar, florestal, pesca, engenharia civil, petrolero, cervejaria, bancos, seguradoras, hoteleiro, aviação, etc.), comportando tanto as corporações quanto os empresários;
4. As Sociedades para-estatais e a lotaria nacional;
5. Os Mecenas nacionais (comerciantes ou profissões liberais);
6. As Associações caritativas nacionais

**Ao nível internacional:**

1. As Agências de ajuda tradicionais;
2. Os parques zoológicos e botânicos;
3. Os centros de pesquisa estrangeiros que utilizem como temas de pesquisa, certas espécies da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe;
4. As companhias aéreas que operam em São Tomé e Príncipe (TAP, Air Gabon, etc.);
5. As grandes revistas que tratam de questões ambientais (National Geographic, Revue GEO, etc.);

## 6. As ONG internacionais.

A elaboração da estratégia de financiamento será um processo que contará primeiramente com a preparação de um documento sucinto de apresentação da estratégia e do plano de acção da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe. Este será apresentado no formato de um desdobrável a cores destinado aos potenciais subscritores e, se possível, um Website com mais pormenores. Ambos conterão a estratégia e o plano de acção, devendo, para além disso, demonstrar como os potenciais subscritores se poderão envolver nessa parceria.

Para efectivação desse processo, será necessário proceder à identificação dos subscritores potenciais dentro de cada categoria mencionada anteriormente. A seguir, deve efectuar-se uma sondagem-promoção junto dos subscritores potenciais seleccionados. Esta primeira sondagem deverá permitir à entidade coordenadora do projecto responsável pela estratégia conhecer o perfil, os interesses e o grau de envolvimento social, real ou potencial, de cada um dos subscritores. A sondagem permitirá também apreciar até que ponto os subscritores potenciais estão aptos a avançar no financiamento ou no apoio material às actividades propostas. Por fim, dará ocasião aos subscritores potenciais para precisar como a sua contribuição financeira ou em material poderá ser rentabilizada do ponto de vista promocional.

A sondagem deverá também permitir identificar conjuntamente (projecto e subscritores) os mecanismos pelos quais os subscritores poderão otimizar os serviços de uma possível estrutura de supervisão do processo de implementação do plano de acção da diversidade biológica. Isto implica que o mandato, o estatuto, o modo de funcionamento, incluindo os tipos de financiamento das actividades da nova estrutura, devam ser objecto de discussões prévias com os subscritores potenciais dos projectos identificados. O Ministério da Cooperação será intimamente associado em todo o processo de mobilização dos financiadores.

Na sequência dos interesses expressos pelos subscritores potenciais, far-se-á a selecção das estruturas ou indivíduos que serão convidados a participar numa Mesa Redonda. É importante precisar que existem em determinados locais, em determinados países do norte, nomeadamente no Canadá, mecanismos que permitem a firmas de engenharia ou outras aceder rapidamente a financiamentos da cooperação bilateral, que podem ser utilizados em casos semelhantes. É portanto vivamente recomendado identificar e convidar algumas dessas firmas a operar ou a ter interesses em São Tomé e Príncipe, mesmo se elas não estiverem categorizadas como subscritores directos.

Tendo a visão global da estratégia de conservação da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe identificado os recursos petrolíferos como

instrumento fundamental que deve desempenhar um papel positivo e indispensável na conservação da biodiversidade, será imperativo mobilizar a contribuição financeira deste sector.

A preparação da Mesa Redonda deverá contar com o apoio de uma consultoria internacional.

## Referências

- ENPAB-Agricultura 2002. Monografia sobre os Ecossistemas Agrícolas, produzida por Álvaro Vila Nova, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB- Águas Interiores 2002. Monografia sobre a os Ecossistemas das Águas Interiores, produzida por Vítor Manuel do Sacramento Bonfim, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Florestas 2002. Monografia sobre os Ecossistemas Florestais produzida por Faustino da Conceição Neto de Oliveira, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade Relatório em São Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Jurídico Institucional 2002. Monografia sobre a Legislação e Instituições, produzida por José António da Vera Cruz Bandeira, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe
- ENPAB- Marinho e Costeiro 2002. Monografia sobre a os Ecossistemas Marinhos e Costeiros, produzida por Manuel da Conceição Neto d'Alva Teixeira, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Pecuária 2002. Monografia sobre a Pecuária, produzida por Filipe Luís Bandeira Bonfim, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Silvicultura 2002. Monografia sobre a Silvicultura, produzida por Sabino Pires Carvalho, no quadro do quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- GEF (Global Environmental Facility) 2004. GEF and Small Island Developing States. How the Global Environmental Facility is Working with SIDS for a Sustainable Future. Washington, DC. (available at [http://www.gefweb.org/Outreach/outreach-Publications/GEF\\_SIDS\\_April\\_2004.pdf](http://www.gefweb.org/Outreach/outreach-Publications/GEF_SIDS_April_2004.pdf))
- Ogonovszky, M. 2003. Endémisme et phytogéographie des plantes de São Tomé et Príncipe. Travail de fin d'études présenté en vue de l'obtention du grade de Bioingénieu en Agronomie Tropicale, Ecole Interfacultaire de Bioingénieurs, Université Libre de Bruxelles
- World Bank 1993. Democratic Republic of São Tomé and Príncipe. Country Economic Memorandum and Key Elements of an Environmental Strategy. Volume II. Report No. 10383-STP. Western Africa Department. The World Bank, Washington, DC.
- World Bank 2003. African Development Indicators. The World Bank, Washington, DC.

# ANEXOS

## Anexo I: Isoietas da Ilha de S. Tomé



